

O gigante asiático no multilateralismo pós anos 90: uma análise Institucionalista Neoliberal da entrada da China na OMC

*The Asian Giant in Post-1990s Multilateralism:
A Neoliberal Institutional Analysis of China's
Accession to the WTO*

*El Gigante Asiático en el Multilateralismo Posterior a
los Años 90: Un Análisis Institucionalista Neoliberal
de la Entrada de China en la OMC*

Ana Beatriz Damasceno¹
André Luís Norvino da Cruz²
Gabriela Martins Carvalho³
João Victor Diniz Conrado⁴
Laís Camille de Mattos Campos⁵
Lívia Tavares Lucas⁶
Raquel Scomparin Silva⁷

Recebido em: 27 de março de 2025
Aprovado em: 08 de outubro de 2024

-
1. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas; e-mail: damascenoanab@gmail.com
 2. Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas; e-mail: norvinoandre@gmail.com
 3. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas; e-mail: martinscarvalhogabriela@gmail.com
 4. Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas; e-mail: joaoVictor.dinizconrado@gmail.com
 5. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas; e-mail: laiscamille.mc@gmail.com
 6. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas; e-mail: liviaatlucas@gmail.com
 7. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas; e-mail: raquelscomparin@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo entender a entrada da China na Organização Mundial de Comércio, em 2001, contextualizando a partir fundação da República Popular da China por Mao Tsé-Tung, até sua liberalização, e como isso influenciou as relações comerciais internacionais, no séculos XX e XXI, a fim de compreender e analisar, por meio da ótica Institucionalista Neoliberal, as principais alterações na disposição do comércio mundial e suas interações adjacentes. Diante do exposto, a hipótese preliminar é de que a abertura comercial chinesa foi responsável por sua ascensão à potência comercial e por uma transformação das relações internacionais que beneficiou tanto a China quanto os demais países participantes das OMC.

Palavras-chave: Cooperação; Ascensão; China; Estado; Instituições.

ABSTRACT

This article aims to understand China's entry into the World Trade Organization in 2001, contextualizing it from the founding of the People's Republic of China by Mao Zedong, to its liberalization, and how this influenced international trade relations in the centuries XX and XXI, to understand and analyze, through a Neoliberal Institutional perspective, the main changes in the disposition of world trade

and its adjacent interactions. In view of the above, the preliminary hypothesis is that China's commercial opening was responsible for its rise to commercial power and for a transformation in international relations that benefited both China and the other countries participating in the WTO.

Keywords: Cooperation; Rise; China; State; Institutions.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo entender la entrada de China en la Organización Mundial de Comercio, en 2001, contextualizando desde la fundación de la República Popular China por Mao Tsé-Tung, hasta su liberalización, y cómo esto influenció las relaciones comerciales internacionales en los siglos XX y XXI, a fin de comprender y analizar, por medio de la óptica Institucionalista Neoliberal, las principales alteraciones en la disposición del comercio mundial y sus interacciones adyacentes. Ante lo expuesto, la hipótesis preliminar es que la apertura comercial china fue responsable de su ascenso a potencia comercial y de una transformación de las relaciones internacionales que benefició tanto a China como a los demás países participantes de la OMC.

Palabras clave: Cooperación; Ascenso; China; Estado; Instituciones.

1 INTRODUÇÃO

Com o fim da Guerra Fria, período de grandes tensões que abalaram o mundo e trouxeram a notoriedade das superpotências após duas guerras mundiais – Estados Unidos e União Soviética -, o multilateralismo toma o lugar da bipolaridade, ao passo que surgem nas relações internacionais novos integrantes que trazem uma descentralização da geopolítica contemporânea. Na conjuntura dos anos 90 e início do século XXI, as nações tendem a trabalhar em conjunto, cooperando a fim de resolver as questões e desafios globais, e assim, tem-se uma ascensão de novos atores estatais e não estatais, como empresas multinacionais e organizações não governamentais (ONGs). Nesse contexto, surge em 1995 a Organização Mundial do Comércio, órgão internacional que sucedeu às regras

propostas pelo GATT⁸, que se tornou um espaço onde as nações poderiam negociar, cooperar e buscar soluções diplomáticas para questões que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Na busca por regularizar o seu comércio com o mundo e fazer parte da nova ordem global, a China aderiu às normas e regras da OMC no ano de 2001, adentrando como um player global dentro da organização, de forma a emergir comercialmente no contexto internacional. A relevância do país asiático se faz perante a sua grande mudança interna para com o mundo comercialmente. Desde a ascensão de Mao Tsé-Tung em 1949, encontrava-se em um processo de mudança, visto que Mao visava um desprendimento da cultura tradicional chinesa, revolucionando a estrutura de poder da China. No entanto, com a entrada de Deng Xiaoping ao poder na China, inicia-se um processo de abertura comercial do país ao resto do mundo.

Diante do exposto, este artigo tem o intuito de apresentar a ascensão chinesa no ambiente internacional, a partir de sua entrada na OMC, por meio da óptica neoliberal institucionalista, no processo de amadurecimento chinês no mercado mundial. Destarte, tem-se uma progressão chinesa na balança comercial de outras nações que será exposta durante a análise, realizada por meio de um levantamento estatístico das movimentações chinesas de 1987 a 2022, evidenciando o país como uma grande potência comercial no século XXI. Ademais, através do estudo das relações econômicas chinesas com o mundo e suas consequências, antes da sua abertura e após esse processo, buscaremos responder a pergunta “Em que medida a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) impactou as suas relações comerciais com o mundo?”, à luz das ideias de Keohane.

2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA A CORRENTE NEOLIBERAL

As relações internacionais contemporâneas suscitam o debate acerca da temática da cooperação, através de organizações intergovernamentais, convenções ou regimes, e como essa pauta influencia na ação – por vezes, inação –, de atores estatais. O ter-

8. GATT é a sigla para “General Agreement on Tariffs and Trade”, tratado estabelecido em 1947 sob a iniciativa do livre-comércio.

mo cooperação vem do latim *cum + operari*, que significa “trabalhar juntos”. Assim, ao trazer a palavra na análise do sistema internacional, é possível perceber a sua ocorrência perante a conjuntura anárquica em que os países estão inseridos. Nesse sentido, a fim de compreender a política mundial, torna-se necessário destacar dois aspectos-chave: a descentralização e a institucionalização. Apontada tanto por Kenneth Waltz (1979) quanto por Robert Keohane (1989), a anarquia é considerada na observação do internacional e suas consequências, que apesar de comumente ser associada ao caos e à desordem, diz sobre a “falta de um governo central”. Enquanto no estudo neorrealista a anarquia constrói um cenário de insegurança, contribuindo para a reação defensiva dos Estados, na ótica neoliberal, a anarquia beneficia a relação de interdependência complexa, que favorece a criação de instituições internacionais, devendo assegurar e regulamentar as interações entre os atores. Desse modo, para os institucionalistas neoliberais, as instituições internacionais não eliminam o dilema da anarquia, mas reduzem incertezas, promovem transparência e criam incentivos para a cooperação mesmo entre atores com interesses divergentes (Keohane, 1989; Waltz, 1979).

De acordo com Keohane (1989), as instituições existem como “conjunto de regras persistentes e conectadas (formais e informais) que prescrevem papéis comportamentais, restringem a atividade e moldam as expectativas”, de modo a normatizar os vínculos entre os países (Keohane, 1989, p. 3). Nesse cenário, as nações buscam salvaguardar seus interesses por meio de uma relação simbiótica de complementaridade, através de regras, normas e convenções que garantam o cumprimento do intuito das instituições formadas. Portanto, Keohane disserta, em crítica a visão neorrealista de Waltz (1979) sobre o reflexo das organizações intergovernamentais no “xadrez geopolítico” do século XX, de forma correlativa ao papel das nações. Destarte, essa influência da institucionalização pode ser metrificada através de três dimensões, sendo elas: comunalidade, no sentido de que todos os agentes compartilham da mesma projeção de conduta dos demais; especificidade, em que as mesmas estão discriminadas por meio de normas e regras; e autonomia, visto que as instituições são livres para reformular suas diretrizes sem interferência de agentes externos (Keohane, 1989; Waltz, 1979).

Nessa perspectiva, a teoria da interdependência complexa se torna central para compreender a lógica institucionalista neo-

liberal. Diferentemente da visão neorrealista, que hierarquiza a segurança militar, a interdependência demonstra que as agendas internacionais são múltiplas e interconectadas, abrangendo temas econômicos, ambientais e tecnológicos. É justamente nesse ambiente que Joseph Nye (2002) insere os conceitos de Hard Power e Soft Power, articulados por meio da metáfora do tabuleiro de xadrez tridimensional dissertado por Caio Martinelli (2016). O poder coercitivo, expresso em recursos militares e econômicos, deve ser complementado pela capacidade de atração cultural, ideológica e institucional, garantindo legitimidade e ampliando a influência internacional. Essa corrente teórica converge com a lógica institucionalista neoliberal ao destacar que, em um cenário global interdependente, a liderança não se sustenta apenas pela imposição, mas pela habilidade de moldar preferências, difundir normas e legitimar práticas por meio das instituições. Assim, a estabilidade do sistema internacional não decorre da supremacia unilateral, mas da articulação entre diferentes fontes de poder, reguladas e potencializadas pela institucionalização das relações internacionais (Nye, 2002; Martinelli, 2016).

No que tange ao funcionamento das instituições, Keohane (1989) aponta três condicionantes centrais para sua eficiência: a similitude de interesses, o nível de informação disponível e a expectativa de reciprocidade. A convergência de interesses tende a favorecer a cooperação, enquanto divergências profundas estimulam deserções ou comportamentos oportunistas, como ilustram os modelos do dilema do prisioneiro e do Stag Hunt. Contudo, tais condicionantes não operam de forma automática, ou seja, a prática demonstra que sua efetividade depende da capacidade dos atores de reconhecer ganhos mútuos e sustentar compromissos no longo prazo. Experiências como a União Europeia e a Organização Mundial do Comércio evidenciam que afinidades econômicas e mecanismos de monitoramento podem consolidar cooperação mesmo diante de crises, ao passo que instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a Convenção do Clima revelam os limites da institucionalização frente a conflitos de percepção e assimetrias de poder. Nesse sentido, embora Keohane destaque que as instituições reduzem incertezas e alinham expectativas, sua eficácia está necessariamente condicionada à viabilidade política de acomodar interesses divergentes e às relações de poder que estruturam o sistema internacional (Axelrod; Keohane, 1985).

Acrescido disso, o dilema de prisioneiro é um conceito inserido dentro da Teoria dos Jogos, utilizado também nos pensamentos neoliberais, onde se tem uma interação entre dois atores racionais, na qual ambos os jogadores fazem escolhas visando seus próprios interesses. O que, consequentemente, leva a resultados que não os beneficiam mutuamente, visto que existe a ausência de comunicação e a busca pela maximização e obtenção de privilégio pessoal. Em contraste, o Stag Hunt descreve uma situação em que a cooperação é vantajosa, porém se faz necessária por meio da confiança e comunicação entre as partes, de modo que há a necessidade de negociações que demonstrem a estrutura de recompensa entre os interesses conflitantes e convergentes. Por vezes, esse modelo é chamado de “dilema de confiança”, em contraposição ao dilema do prisioneiro, por destacar a importância da cooperação e confiança (Axelrod; Keohane, 1985).

Outro ponto fundamental é a chamada “sombra do futuro”, que desempenha papel crucial na formulação e manutenção de acordos internacionais, pois amplia a expectativa de que os Estados voltarão a interagir, incentivando a cooperação e inibindo comportamentos oportunistas. Embora esse conceito se estenda a todas as dimensões do sistema internacional, ele possui maior aplicabilidade em áreas políticas e econômicas, nas quais há possibilidade de retaliações e ganhos contínuos, ao contrário da esfera de segurança, onde a dissuasão militar torna as respostas mais custosas e menos previsíveis. Keohane e Martin (1995) destacam quatro aspectos relevantes vinculados ao dilema do prisioneiro: a confiabilidade e a transparência das informações, que reduzem incertezas; a regularidade das interações, que reforça a previsibilidade; e o horizonte de longo prazo, que sustenta a expectativa de benefícios futuros. A prática mostra que, quando esses elementos estão presentes, instituições conseguem não apenas preservar interesses econômicos, como no caso da OMC, mas também criar vínculos duradouros entre Estados, convertendo a lógica da desconfiança em incentivos para a cooperação (Keohane; Martin, 1995).

Em contrapartida, os países podem tender a não cooperar se realizarem uma análise precipitada, e por vezes errônea, sobre a capacidade de ação de outros atores. A imprevisibilidade gerada pela falta de um órgão que garanta uma coesão e clareza sobre as próximas possíveis ações estatais leva a um cenário de insegurança. Nessa perspectiva, Krasner (1982) argumenta que a cooperação não é

dependente apenas do poder hegemônico, como também de interesses convergentes e de normas compartilhadas entre os atores internacionais. Ademais, os regimes de cooperação estabilizam expectativas ao permitirem aos Estados maior previsibilidade acerca do comportamento alheio. Desse modo, ressalta-se a diferenciação entre regimes de cooperação fortes e fracos, sendo os fortes caracterizados por seu alto grau de institucionalização, enquanto que os fracos, tem como característica a baixa capacidade de influência no cenário internacional (Axelrod; Keohane, 1985; Krasner, 1982).

Por último, o número de atores e a maneira como estes se relacionam são determinantes para que a reciprocidade seja um mecanismo que induza a cooperação. Dessa forma, tem-se a reciprocidade dependendo de condições como o reconhecimento dos desertores, o impulsionamento para a punição de desertores a longo prazo e a resposta defensiva aos desertores. Todavia, a existência de muitos intervenientes cria a possibilidade de uma maior desarmônia entre os fatores, o que dificulta uma plena cooperação. Apesar disso, no cenário com muitos atores, é também provável a formação de coalizões e alianças temporárias para atingir objetivos em comum. A cooperação entre os participantes de uma instituição, de uma convenção ou de um regime vai depender da complexidade dos atores. Desafios podem surgir, de modo a variar os níveis de afinidade e questões de identificação de pautas em convergência, ou das que se discordam, e para resolver os impasses, será necessário de grande empenho dos *players*⁹ para realizar barganha, um processo que é evidenciado por Lisa Martin (1992) como feito realizado de uma melhor forma quando inseridos em uma instituição (Axelrod; Keohane, 1985; Martin, 1992).

Dessa maneira, ao entrar em uma instituição ou concordar com um regime ou convenção, um país estará buscando benefícios para a sua ação, de modo a pender positivamente da comparação de custo-benefício. A partir de um cálculo racional, o governo pode analisar as principais matrizes de ganhos e perdas ao aderir a esta instituição. Quando analisamos órgãos como a Organização Mundial do Comércio, a ratificação de um ator inclui a ponderação acerca da participação em um sistema de comércio global que assegura a redução de tarifas, o aumento de investimentos e o acesso

9. O termo é comumente utilizado em análises geopolíticas, nomeando os atores que participam de determinado debate ou discussão como “players”.

a mercados internacionais. Ademais, a integração na economia global propõe ao país a possibilidade de atingir um maior crescimento econômico e, com o auxílio de investidores, ampliar seu desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, ao analisarmos a relação entre a não participação na OMC e a participação, economias se adaptam para o mercado, de modo a conseguir maiores vantagens comparativas daquelas que podem escolher não entrar no órgão, o que demonstrará maiores benefícios do que perdas para aquelas que se propõem cooperar na “arena global”. Portanto, ao se integrar a regimes internacionais como a OMC, há a criação de benefícios mútuos, que contribuem diretamente para a conexão de crescimento econômico, investimento e acesso a mercados globais (Axelrod; Keohane, 1985; Keohane e Nye, 1998).

Visando a excelência da cooperação, torna-se necessário que os integrantes sigam uma série de normas que garantem seu funcionamento efetivo, sendo assim, o Estado precisa adotar reformulações em sua política interna, principalmente em questões como direitos trabalhistas e as questões ambientais, pautas de grande preocupação para o cenário do século XXI. Assim, nenhuma relação é 100% benéfica, em que não haja questões a serem avaliadas e mudadas, visto que há a necessidade de adequação para participar de convenções e regimes, além de entrada em organismos. É importante frisar também que as hierarquias dentro de um órgão internacional podem determinar o curso que aquela instituição irá tomar; atores considerados “mais fortes” tendem a agir de forma a policiar as ações dos demais atores que são “mais fracos” no cumprimento das regras, tendo, portanto, menor influência (Axelrod; Keohane, 1985; Krasner, 1982).

3 DA FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA À ADESÃO À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO: A EVOLUÇÃO DA CHINA

A partir de 1927, inicia-se a guerra civil chinesa, um conflito aberto entre dois grupos antagônicos: o Partido Comunista Chinês, encabeçado por Mao Tsé-Tung, e o Partido Nacionalista de Chiang Kai-shek, que recebia apoio norte-americano. Estendendo-se até 1949, a guerra civil teve como vitoriosos os comunistas, resultando na criação da República Popular da China e na ascensão de Mao ao poder. Mao Tsé-Tung tinha por desejo novos rumos para a China,

rompendo com o ideal harmônico confucionista, tendo em vista que, para ele, este seria o responsável pela fragilização e subjugação da China. Com o implacável propósito de iniciar o processo de sinalização, Mao direcionou significativos investimentos voltados à segurança, por meio de aparatos militares e nucleares. A RPC tinha por interesse modificar os antigos vestígios da colonização, além de se afastar diplomaticamente de países imperialistas ocidentais. Nesse sentido, a motivação de Mao para mudar o cenário de vulnerabilidade chinesa não se limitava apenas à sua visão ideológica, mas sim de uma estratégia para garantir a sobrevivência nacional e a autossuficiência, além do emprego de instrumentos militares. (Khan, 2018; Kissinger, 2011).

Para Mao Tsé-Tung, a China deveria passar por um movimento de revolução contínua, almejando a promoção do país no meio internacional, alterando seu âmbito doméstico e mantendo uma singularidade chinesa assegurada por três pilares: ideologia, tradição e nacionalismo. Sob sua liderança, a Revolução Cultural Proletária foi um período na China marcado pelo esforço de erradicar a cultura tradicional chinesa e fortalecer a revolução comunista. Isso resultou em uma década de agitação ideológica intensa e conflitos políticos devido às diferenças de opiniões populares. Ademais, o sistema educacional colapsou, levando a adesão dos jovens aos Guardas Vermelhos, grupos ideologicamente veementes que operavam fora das instituições estabelecidas. Mao proclamou discursos provocativos, além de fazer apologia a ações violentas contra a estrutura e os costumes tradicionais, tendo como consequência um grande derramamento de sangue e mudanças no ordenamento do poder chinês. Esse período revela o paradoxo da estratégia maoísta: ao mesmo tempo que tentava fortalecer a imagem internacional chinesa, Mao intensificava as tensões internas, criando estabilidade e instrumentos para manutenção da ordem revolucionária. (Khan, 2018; Kissinger, 2011).

Após a morte do ex-líder chinês Mao Tsé-Tung em 1976, a República Popular da China entrou em um processo de grandes agitações políticas e econômicas. Causando surpresa aos nomes mais propensos ao comando do Partido Comunista Chinês (PCCh), principalmente aos denominados, de acordo com Brautigam e Xiaoyang (2011), como “O Bando dos Quatro”, Mao nomeia Hua Guofeng como líder supremo do partido por acreditar que Guofeng estaria mais ligado às suas políticas da Revolução Cultural. Durante esse

momento, houve exílios de diversos integrantes do PCCh, além da saída de Deng Xiaoping da política chinesa, sendo reintegrado somente no ano seguinte, em 1977. Diante desse cenário, os líderes chineses ficavam mais impressionados com os discursos de Xiaoping, político que esteve, de forma conturbada, na gestão maoísta, mas que defendia a abertura comercial do país como via para o desenvolvimento. Goodman (1994) destaca que essa capacidade de “voltar” após sucessivos expurgos revela a plasticidade política de Deng e sua habilidade em articular coalizões internas, o que explica sua força em relação a outros líderes da época, garantindo-lhe uma posição de destaque mesmo em um ambiente de instabilidade. Enquanto isso, Hua Guofeng perdia credibilidade no partido, principalmente em posicionamentos vistos como contraditórios, ao apoiar reformas na economia, no mesmo momento em que as criticavam (Brautigam; Xiaoyang, 2011; Goodman, 1994; Kissinger, 2011).

Em 1979, passando-se dois anos desde o seu retorno ao partido comunista, Deng Xiaoping se autoproclamou presidente da RPC, de modo a integrar o ex-líder, Hua Guofeng, como primeiro-ministro, devido a grandes desentendimentos que ocorriam entre os dois políticos. A partir do seu governo, Deng inicia um processo de grandes reformas no país, tendo como principais objetivos a correção dos “erros ocorridos” durante a Revolução Cultural para superar as catástrofes ocorridas durante o período do Grande Salto. Uma das medidas de sua administração, segundo Zhu (2012), foi a continuidade da reforma agrária, porém agora trazendo a modernização da agricultura e conseguindo, assim, maximizar os ganhos econômicos, além da descentralização e da transformação das empresas. Entre outros aspectos, o que mais se destaca é que seu governo buscou corrigir os “erros” do período maoísta, promovendo a modernização da agricultura, a descentralização das empresas estatais e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Desse modo, essas reformas devem ser compreendidas não como uma ruptura abrupta, mas como parte de uma linha de continuidade, em que elementos do maoísmo foram reinterpretados de forma pragmática para sustentar a nova agenda reformista (Brautigam; Xiaoyang, 2011; Zhu, 2012).

Com o objetivo de abrir o mercado chinês para investimentos estrangeiros, principalmente estadunidenses, e inserir a China no comércio global, sob o discurso da necessidade chinesa de abrir as

portas para o comércio para desenvolver-se à nível de países desenvolvidos, Deng inicia o processo para flexibilização da economia do país, com as Zonas Econômicas Especiais, que foram estabelecidas primeiramente em quatro localidades: Xiamen, Zhuhai, Shantou e Shenzhen. Essa última — Shenzhen — foi a pioneira do processo de iniciativa estrangeira para o desenvolvimento da indústria e tecnologia. Anteriormente ao seu estabelecimento, era uma região de intensa atividade agrícola e pesqueira. No entanto, após o processo de automatização, encontrou-se como um dos territórios mais bem-sucedidos, apresentando um crescimento de cerca de 36% nas indústrias secundárias e terciárias, em detrimento do setor primário que teve um decréscimo equivalente (Brautigam; Xiaoyang, 2011; Joseph, 2014).

A trajetória pessoal de Deng Xiaoping ajuda a compreender como ele reuniu legitimidade para conduzir tais reformas. Conforme destaca Goodman (1994), Deng sobreviveu a três expurgos políticos ao longo de sua carreira, demonstrando habilidade para recompor alianças e manter relevância dentro do PCC. Sua proximidade com Zhou Enlai e sua influência sobre o setor militar consolidaram a base de apoio necessária para sustentar sua liderança. Goodman também ressalta que sua visão reformista foi resultado de uma evolução de décadas, como mostram discursos e escritos desde os anos 1930, e não uma ruptura repentina, marcando um ponto de inflexão na centralidade das reformas de 1978–1980, registrando discursos oficiais, atas do Partido e decisões estratégicas que consolidaram a guinada para o pragmatismo e a abertura. Além disso, esse processo pode ser visto como um próprio revisionismo da China, em que Deng, ao invés de negar o maoísmo, reinterpretou-o para dar legitimidade às mudanças (Goodman, 1994; Zhu, 2012).

Nesse momento, o governo da RPC tentava alinhar duas estratégias que visavam um progresso econômico e a reformulação da sua economia. Junto do “*Bringing In*”, que aceitar investimentos externos, possibilitou o país a expandir e reestruturar sua indústria e seus produtos, os fortalecendo frente à competitividade internacional, acrescentava-se ao discurso dos líderes políticos chineses a iniciativa do “*Going Out*”, que incentivaram a introdução de capital estrangeiro no país, além de beneficiar as empresas chinesas que tentassem se internacionalizar, alcançando novos mercados. A China utilizou reservas cambiais para colaborar com o estabelecimento

de empresas em diversas regiões do mundo, além de comprar ativos subvalorizados, principalmente em países que possam ajudar com recursos energéticos. Tais estratégias não se encontraram em um resultado positivo para a economia asiática, que buscou de outra maneira o seu desenvolvimento (Brautigam; Xiaoyang, 2011).

Durante a década de 1990, o cenário internacional foi marcado pela transição do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) para a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). A China, que já buscava desde 1986 retornar formalmente ao GATT, intensificou as negociações após o reconhecimento internacional do governo de Pequim. Depois de quinze anos de ajustes e reformas estruturais, a RPC foi aceita como membro da OMC em 2001. A adesão exigiu compromissos significativos, como a liberalização do comércio, a redução de subsídios agrícolas, a abertura de setores antes controlados pelo Estado e o fortalecimento da proteção jurídica e judicial aos agentes econômicos (Gonçalves, 2008; Thors-tensen et al., 2012).

A ascensão chinesa deve ser compreendida pela sua posição de “duplo polo” na economia mundial: ao mesmo tempo em que se consolidou como grande exportadora de manufaturas intensivas em mão de obra, competindo diretamente com países asiáticos em terceiros mercados, a China também se tornou um vasto mercado interno, importando bens de capital, insumos e commodities. Esse papel duplo impactou profundamente a dinâmica regional, tornando a RPC simultaneamente competitiva e locomotiva de crescimento para a Ásia. Ademais, sua política econômica, baseada em câmbio controlado, reservas robustas e forte intervenção estatal, garantiu uma relativa autonomia frente às pressões externas, inclusive no processo de entrada na OMC, que ocorreu a partir de uma posição de força e não de fragilidade (Medeiros, 2006).

No campo político e estratégico, é possível ressaltar que a trajetória chinesa está ancorada na recusa ao hegemonismo e na busca de um desenvolvimento pacífico. Desde Deng Xiaoping, a diplomacia chinesa tem reafirmado os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, respeito à soberania, não agressão, não ingerência, igualdade entre os Estados e benefícios mútuos, como diretrizes de inserção internacional. A entrada na OMC, longe de significar submissão a uma ordem liberal, foi interpretada como um passo dentro de uma estratégia mais ampla de integração pacífica e multipolar, que mais tarde se

ampliaria com a Iniciativa Cinturão e Rota. Essa visão contrasta com perspectivas ocidentais que interpretam a ascensão chinesa como inevitavelmente conflitiva (a chamada “Armadilha de Tucídides”), enfatizando que a China busca projetar liderança por meio da cooperação e do exemplo, e não pela imposição militar (Pires; Paulino, 2017).

Com o reconhecimento internacional do governo de Pequim pelos países da ONU, a República Popular da China inicia um longo processo de negociação para o seu retorno ao GATT formalmente no ano de 1986. Dessa maneira, a China, com um modelo econômico de não mercado, após um período de 15 anos e a dissolução do GATT em 1994, é aceita e formalizada como membro da chamada Organização Mundial do Comércio em 2001, buscando não somente novos mercados, mas também meios para aumentar seu capital, otimizar o sistema financeiro chinês e qualificar a mão-de-obra, aderindo maior valor aos produtos e serviços. A adesão ao GATT significou, no contexto chinês, o acesso a um sistema multilateral de comércio que oferecia maior estabilidade e previsibilidade em suas relações comerciais. Nesse cenário, em âmbito doméstico e internacional, o país passou por uma série de reformas que o levaram a se tornar uma economia de mercado e garantiram seu comprometimento ao aderir à Organização (Gonçalves, 2008; Liang, 2006).

Tais reformas ocorreram com a verificação de questões tanto jurídicas, quanto econômicas que aos poucos levam a caracterização da China como uma economia de mercado em ascensão. Entre as adaptações sistêmicas realizadas, constam responsabilidades que abrangem: tornar liberal a disponibilidade e o alcance do direito ao comércio; abnegar-se de tomar medidas que possam influenciar ou gerenciar empresas comerciais estatais; exceto em adequação com os Acordos da OMC; instaurar uma revisão judicial de procedimentos administrativos; facilitar que os preços dos produtos e serviços comercializados em cada setor fossem determinados pelas forças de mercado; extinguir subsídios à exportação de produtos agrícolas; disponibilizar serviços não-discriminatório na compra de insumos e mercadorias e em matéria de preços e fornecidos pelos agentes governamentais. Nesse processo, a China não somente se adaptou às normas multilaterais, como também fortaleceu sua estratégia a longo prazo, buscando modernizar sua economia para torná-la competitiva globalmente, ao mesmo tempo em que utilizava a adesão às instituições internacionais como for-

ma de consolidar sua posição no cenário internacional, articulando interesses econômicos com objetivos de prestígio e segurança estratégica (Hsiao, 1994; Thorstensen et al., 2012).

Como resultante das mudanças, tem-se uma maior abertura chinesa ao meio internacional, de modo a inaugurar no âmbito internacional a economia da RPC. Dessa forma, houve também uma maior receptividade chinesa aos investimentos vindos do exterior, que colaboraram para a escalada do país nos meios globais. Portanto, com os esforços alcançados, a China se torna a terceira maior potência comercial do globo, e com a renda investida no país se tem um maior investimento referente ao setor tecnológico, o que leva a uma sofisticação dos bens exportados pela nação. Em virtude dos ganhos proporcionados pela abertura comercial da RPC e a adesão à OMC, evidencia-se um cenário próspero na economia chinesa, o que pode ser observado na visão do autor,

seis anos depois da adesão, o balanço feito à sua atuação, enquanto potência econômica e comercial, está diretamente ligado à qualificação que beneficiou a entrada, às valorações dos países e autoridades observantes, às expectativas da própria China sobre os benefícios a retirar da entrada no SCM e à própria densificação do processo de regionalização da economia mundial (Gonçalves, 2008, p. 2).

Em síntese, a China passou por planos e governos para vislumbrar uma conjuntura progressiva e vantajosa. Desde Mao Tsé-Tung, em 1927, que buscou uma revolução constante, mantendo uma conduta tradicionalista e protecionista, que levava a RPC a estar fechada. Em contrapartida, com o governo seguinte de Deng Xiaoping, em 1979, com a intenção de maximizar os lucros, abre a nação para investimentos estrangeiros e cria as Zonas Econômicas Especiais e, em conjunto com a estratégia de “Going Out”, impulsiona o país no comércio e apresenta grande potencial para as relações exteriores. Essa virada não deve ser lida como simples oposição entre Mao e Deng, mas como uma reconfiguração estratégica do socialismo chinês, que manteve elementos centrais do ideário revolucionário ao mesmo tempo em que projetava o país para a modernidade global. Destarte, cria-se a necessidade de regulamentação dessas relações, feita por meio da entrada da China na Organização Mundial do Comércio, a transformando em âmbito doméstico e internacional (Brautigam; Xiaoyang, 2011; Goodman, 1994; Kissinger, 2011).

4 DO COMUNISMO DE MAO AO SOCIALISMO DE MERCADO: UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA DA ENTRADA DA CHINA NA OMC

A conjuntura internacional nos anos que sucederam o período da Guerra Fria é marcada por intensas redes de comércio e transação de recursos e serviços entre as nações, notoriamente com a ascensão de atores não-estatais, como instituições e organizações internacionais, ao passo que a agenda internacional deixou de se concentrar em questões de segurança para contextos de trocas comerciais entre os players da arena multilateral contemporânea. Processos de abertura comercial perpassaram o fim do século XX, em conjunto com a criação de organismos multilaterais, principalmente na análise da mudança da estrutura econômica da República Popular da China, que superou o comunismo presente desde a Revolução Chinesa, tornando-se uma economia de mercado fundamental para as transações contemporâneas. Desse modo, as instituições se tornaram essenciais no diálogo entre atores para a formação de uma relação interdependente, na qual as ações estatais impactam os demais mutuamente na vasta rede de interações em que estão inseridas (Gonçalves, 2008; Keohane, 1989; Nye, 2002).

Neste contexto, para assegurar a defesa do comércio internacional como meio para boas relações estatais, foi estabelecida em 1995 a Organização Mundial do Comércio, sucessora do GATT de 1947. Esta funciona como um fórum internacional para questões econômicas e comerciais, suscitando o debate da temática e promovendo a cooperação no contexto hodierno. O processo de entrada na organização é complexo e envolve trâmites que levam à cuidadosa consideração do país aspirante, tendo em vista a necessidade de adequação de suas políticas econômicas e cumprimento das regras estabelecidas pela instituição, o que garante uma maior integração dos participantes. Assim, a presença na OMC é um mecanismo que garante a regulamentação no comércio mundial utilizado pela RPC, de modo a afirmar o compromisso do país com as normas e regras da organização em abrir o seu mercado, sob o incentivo de desenvolver a nação a níveis de países desenvolvidos (Gonçalves, 2008; Liang, 2006; Keohane, 1989).

À vista disso, a China de Deng Xiaoping iniciou o processo de mudança para uma economia socialista de mercado através da atração de recursos externos, por meio da *Going Out Strategy* e

das Zonas Econômicas Especiais, inserindo assim, o país no Sistema de Comércio Mundial como um ator de grande notabilidade na conjuntura global, estabelecendo trocas com as demais nações e promovendo cooperação. Após um longo processo de discussão, ao concordar com as normas estabelecidas pela organização, o país visava a garantia de benefícios como “reciprocidade, transparência e da não discriminação que estruturaram o sistema do comércio mundial”, para assim, alcançar a expectativa das iniciativas chinesas se baseiam no desejo de desenvolver e superar o período em que estava fechado para o comércio com outras nações (Brautigam & Xiaoyang, 2011; Zhu, 2012; Gonçalves, 2008)

Em virtude deste propósito, a China iniciou um processo de reformulação de políticas internas, durante 15 anos, a fim de se adequar aos requisitos do sistema multilateral de comércio e, posteriormente, inserir-se na OMC. Primeiramente, evidencia-se a liberalização de viabilidade do direito ao comércio e de seu sistema bancário, a criação de métodos para classificação de benefícios advindos de subsídios, e afastamento do governo da RPC da gestão de empresas estatais, condicionando assim a transição para uma economia de mercado. Outro ponto de suma importância foi a reestruturação de sua constituição, com o intuito de propiciar melhores condições trabalhistas, além de uma reforma nas leis ambientais (Thorstensen et al., 2012; Hsiao, 1994; Liang, 2006).

Neste sentido, o comportamento da China, influenciado pelo papel de organizações não estatais, pautado nos princípios de cooperação, ao entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, representou um marco crucial na estratégia econômica do país, não somente ao acessar novos mercados, mas como também reforçar a qualidade de mão de obra e assim, atribuir maior valor a seus produtos e serviços. Utilizando-se de um cálculo racional e da sombra do futuro, com o intuito de estudar as expectativas em relação aos outros atores a longo prazo, o governo chinês realizou uma análise expressiva acerca das principais matrizes de ganhos e perdas ao aderir a esta instituição. A partir da entrada na OMC, tem-se uma indução à reciprocidade, de modo a assegurar, pela maneira em que se relacionam com a vasta rede de atores, a cooperação interestatal (Axelrod & Keohane, 1985; Keohane & Martin, 1995; Martin, 1992)

Portanto, estes cálculos tinham em vista a ponderação da RPC sobre a integração em um sistema de comércio global que garantia a

diminuição de tarifas, o incremento de investimentos e a abertura a mercados internacionais. Além disso, a inserção na economia global oferecia à China a perspectiva de alcançar um crescimento econômico mais sólido e, por meio do apoio de investidores, ampliar ainda mais seu progresso tecnológico. Esse fato se comprova ao observar o crescimento dos percentuais de exportação de produtos chineses após a abertura comercial, na qual a RPC se restabeleceu no cenário mundial, ao longo dos anos de 1987 a 2017 (Gráfico 1). Nota-se que, em 1987, o valor comercial, em dólares, das exportações chinesas era de aproximadamente 43,2 bilhões, enquanto em 2017 o valor aproximado era de 2,2 trilhões, explicitando um crescimento de 2,15 trilhões em um período de 30 anos (Gonçalves; 2008; UN Comtrade, 2023).

Gráfico 1: Movimentação Chinesa (Exportações + Importações) no Comércio Mundial em US\$: 1987 – 2022.



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do UN Comtrade. Acesso: 14 Nov. 2023.

Em conformidade com as informações evidenciadas no Gráfico 1, a China passa a se apresentar como uma influente potência exportadora com sua entrada na OMC, em 2001, tendo um aumento de quase 50% de seu valor comercial em 2002 em comparação com 1997, último ano antes da adesão à instituição registrado na pesquisa. Com o alinhamento às premissas neoliberais e a institucionalização do comércio internacional, tendo em vista a influência de sua anterior abertura econômica, o mundo assistiu a ascensão

chinesa e seu crescimento econômico a partir da redução de suas barreiras comerciais e aumento de investimentos estrangeiros no país, que resultaram em um acréscimo de 524% até 2017 e na atual segunda maior economia do mundo (Thorstensen, 2011; Medeiros, 2006; Keohane, 1989).

Tal crescimento econômico também se expressa através do Produto Interno Bruto (PIB) chinês, que registrou um aumento íngreme desde 2001, quando possuía US\$1.339 trilhões, até o primeiro trimestre de 2023, com US\$12,7 trilhões, segundo os dados do Departamento Nacional de Estatística. Consequentemente, a imagem da China se transformou no cenário internacional e avançou no âmbito doméstico, visto que houveram melhorias na qualidade de vida dos cidadãos chineses, ressaltado pelo autor que traz dados que exemplificam essa ascensão,

Segundo o Banco Mundial (BM), este explosivo crescimento econômico possibilitou retirar 400 milhões de pessoas do limiar de pobreza e baixar a porcentagem das pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia, de 72,6% (1990) da população total para 32% (2004) (Gonçalves, 2008, p. 4).

Equitativamente, os demais Estados atuantes no sistema internacional foram beneficiados com o movimento de abertura econômica da RPC e sua participação na Organização Mundial do Comércio. A priori, evidencia-se o acesso destes países ao vasto mercado consumidor chinês, o que gerou oportunidades de exportação em larga escala. Em adição, como parte de seu comprometimento com a OMC, a China limitou inúmeras barreiras comerciais, como restrições e tarifas, propiciando o comércio com os demais membros. Desse modo, as regras constituintes da instituição garantiam que os produtos de origem chinesa não ameaçassem o mercado doméstico das nações participantes, por meio da possibilidade de solucionar tal entrave através de canais diplomáticos (Thorstensen, 2011).

Ademais, a República Popular da China cria um ambiente favorável para o recebimento de empresas estrangeiras em seu território, devido à presença de mão de obra com maior custo-benefício, como também à existência de subsídios fiscais que barateiam a produção (Thorstensen, 2011). Em virtude das informações apresentadas, é possível inferir que, a partir da busca por estabilidade e previsibilidade nas relações comerciais, se estabelece a questão de preferência mútua, pautada em realizar os anseios econômicos de

ambos, confirmando que a estrutura da Organização Mundial do Comércio estimula a cooperação entre os atores presentes.

Em síntese, conclui-se que a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) representou um marco significativo nas relações comerciais globais, desencadeando uma transformação profunda na dinâmica econômica internacional. Desde sua adesão em 2001, a República Popular da China emergiu como uma potência comercial, desempenhando um papel crucial no impulsionamento do comércio global. Ao participar ativamente das regras multilaterais da OMC, o governo chinês se comprometeu a abrir seu mercado, por meio da promoção da liberalização econômica e da facilitação do fluxo de bens e serviços. Essa integração trouxe benefícios tanto para a China, que experimentou um crescimento econômico sólido, quanto para os demais participantes, que se beneficiaram do acesso expandido ao vasto mercado chinês. No entanto, desafios persistentes, como questões relacionadas às práticas comerciais desleais, exigem uma abordagem colaborativa contínua para garantir que os benefícios da participação da China na OMC sejam equitativos e sustentáveis a longo prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados anteriormente, conclui-se que a entrada da China na OMC foi um fator deliberador para a ascensão chinesa perante o mercado internacional do comércio, confirmado a hipótese preliminar que delega razões ao acontecimento à presença chinesa no órgão internacional, vinculada ao seu processo de abertura comercial, testada através da análise empírica de dados estatísticos e de fatos históricos. Durante o governo de Mao Tse-Tung, de 1949 a 1976, o Estado chinês adotava uma postura protecionista e se isolava perante o sistema internacional, priorizando a modificação dos antigos vestígios de colonização, por meio do afastamento de países imperialistas ocidentais, além da manutenção da singularidade chinesa. Após sua morte, em 1976, ascende ao poder Deng Xiaoping, que objetivava reformas na RPC, de modo a realizar a maximização dos ganhos econômicos chineses, através da abertura econômica e a recapitulação das relações comerciais no cenário mundial.

Por conseguinte, a alteração de postura chinesa levou à adesão da República Popular da China no GATT, Acordo Geral de Tarifas e

Comércio, como forma de regulamentar seus processos alfandegários, visando promover o comércio internacional e reduzir barreiras comerciais. Posteriormente, o GATT deu origem à OMC, Organização Mundial do Comércio, à qual a RPC aderiu no ano de 2001, sendo um importante meio para a progressão da China no mercado internacional durante sua abertura econômica. Com o intuito de garantir que a cooperação na instituição seja efetiva, existem regras e normas (formais e informais) que devem ser seguidas pelos atores integrantes para regular as interações entre eles e criar um canal efetivo de comunicação entre os membros da organização.

Desse modo, com o objetivo de integrar à OMC e aderir às regras determinadas, a China buscou uma transição eficiente para se estabelecer como uma economia de mercado. Para tal fim, o ator se responsabilizou a implementar reformas referentes à liberalizar o sistema bancário chinês, permitir que os preços de produtos e serviços sigam as forças de mercado, bem como o governo se abster de influenciar as decisões de empresas estatais, essas modificações introduziram a China efetivamente no sistema multilateral, padronizando o ambiente internacional e induzindo a cooperação entre os membros presentes na organização, permitindo que funcione como um meio de desenvolvimento comercial e econômico. Ademais, a integração propiciou aos outros atores o acesso ao vasto mercado chinês, além do fortalecimento do próprio, que apresenta constante crescimento de transações comerciais no período analisado. Todavia, a instituição ainda sofre com algumas limitações, como as práticas comerciais desleais.

REFERÊNCIAS

AXELROD, R.; KEOHANE, R. **Achieving Cooperation under Anarchy:** Strategies and Institutions. The Johns Hopkins University Press, Vol. 38, No. 1, pp. 226-254, 1985. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2010357?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

BRAUTIGAM, D.; XIAOYANG, T. **China's Investment in Special Economic Zones in Africa:** Special Economic Zones – Progress, Emerging Challenges, and Future Directions, pp. 69-100. The World Bank, Washington, 2011.

GALANTE, A. 2014. **As Zonas Econômicas Especiais em África.** Dissertação de mestrado. Universidade de Aveiro. Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/14217/1/As%20Zonas%20Econ%c3%b3micas%20Especiais%20Chinesas%20em%20%c3%81frica.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

- GOODMAN, D. **Deng Xiaoping and the Chinese Revolution: A Political Biography.** 1. ed. Routledge, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203035214>. Acesso em: 20 out. 2023.
- GONÇALVES, A. **A China na OMC:** Compromisso da Adesão. Janus, 2008. Disponível em: <http://www.janusonline.pt..> Acesso em: 09 nov. 2023.
- HSIAO, Monica. **China and the GATT: Two Theories of Political Economy Explaining China's Desire for Membership in the GATT.** 1994. Disponível em: <https://escholarship.org/content/qt0k2882sf/qt0k2882sf.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.
- JOSEPH, A. **Politics in China: An Introduction.** New York, 2014.
- KEOHANE, R. **International Institutions and State Power:** Essays in International Relations Theory. Harvard University, 1989.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence in the Information Age.** Foreign Affairs, v. 77, n. 5, pp. 81-94, set./out. 1998.
- KEOHANE, R.; MARTIN, L. **The Promise of Institutionalism Theory.** International Security, Vol. 20, No. 1, pp. 39-51, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2539214>. Acesso em: 12 out. 2023.
- KHAN, Sulmaan Wasif. **Haunted by Chaos: China's Grand Strategy from Mao Zedong to Xi Jinping.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2018. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Haunted_by_Chaos.html?hl=pt-BR&id=esdzEAAAQ_pasinBAJ. Acesso em 12 out. 2023.
- KISSINGER, H. **Sobre a China.** Tradução de Cássio de Arantes Leite. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2011.
- KRASNER, Stephen D. Structural Causes and Regime Consequences: **Regimes as Intervening Variables.** International Organization, v. 36, n. 2, pp. 185-205, 1982.
- LIANG, Wei. **The case of China's accession to GATT/WTO.** Berkeley Roundtable on the International Economy, UC Berkeley, 2006. Disponível em: <https://pages.ucsd.edu/~mnaoi/Papers/files/Wei%20Liang.pdf>. Acesso em 22 out. 2023.
- MARTINELLI, Caio. **O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye.** Conjuntura Global, vol. 5 n. 1, jan./abr., 2016, pp. 65-80.
- MARTIN, Lisa L. **Interests, power, and multilateralism.** International Organization, v. 46, n. 4, pp. 765-792, 1992.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática.** Revista de Economia Política, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/ckBJZnLqVSRYc8wSShkFqCh/?format=html>. Acesso em: 16 out. 2025.
- NYE, Joseph. **O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada.** Editora Unesp, 2002.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio. **Reflexões sobre hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa “Cinturão e Rota” como uma estratégia de desenvolvimento pacífico.** Relaciones Internacionales, n. 53, pp. 206-228, 2017. Disponível em: <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/64415>. Acesso em: 16 out. 2025.

THORSTENSEN, V. et al. **Acessão da China à OMC:** A Questão da Economia de Não Mercado. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, N. 9, Brasília, agosto de 2012.

THORSTENSEN, V. 2011. **China e EUA:** De guerras cambiais e a guerras comerciais. FGV EESP. Escola de Economia de São Paulo. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/10010>. Acesso em: 17 out. 2023.

UNITED NATIONS. **UN Comtrade Database**, 2023. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/>. Acesso em: 10 nov. 2025

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

ZHU, X. **Understanding China's growth:** past, present, and future. Journal of Economic Perspectives, 2012. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.26.4.103>. Acesso em: 20 out. 2023.